



MUNICIPIO DE GUARATUBA – PARANÁ

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Diário Oficial em conformidade com a Lei 1.722 de 5 de dezembro de 2.017

Edição Digital nº 990 Páginas 8

Guaratuba, 26 de junho de 2.023



GABARITO PROVISÓRIO PROVA CONSELHO TUTELAR

A Comissão Eleitoral do Processo de Seleção Unificada para a Eleição do Conselho Tutelar 2024/2027, divulga o gabarito provisório e as questões da prova de conhecimento conforme publicado no Diário Oficial nº961 de 31/03/2023 com o Edital nº001/2023 e no Diário Oficial nº974 de 18/05/2023 com o Edital nº003/2023.

PROVA DE CONHECIMENTOS – CONSELHO TUTELAR 2023 MUNICÍPIO DE GUARATUBA-PR

1. O capítulo III, seção V do Estatuto da criança e do adolescente (ECA), trata dos procedimentos relativos à apuração de ato infracional praticados por adolescentes, quanto a este processo é incorreto afirmar:
 - (A) O adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será, desde logo, encaminhado à autoridade policial competente
 - (B) Sendo o adolescente liberado, a autoridade policial encaminhará imediatamente ao representante do Ministério Público cópia do auto de apreensão ou boletim de ocorrência.
 - (C) Comparecendo qualquer dos pais ou responsável, o adolescente será prontamente liberado pela autoridade policial, sob termo de compromisso e responsabilidade de sua apresentação ao representante do Ministério Público, no mesmo dia ou, sendo impossível, no primeiro dia útil imediato, exceto quando, pela gravidade do ato infracional e sua repercussão social, deva o adolescente permanecer sob internação para garantia de sua segurança pessoal ou manutenção da ordem pública.
 - (D) O adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional poderá ser conduzido ou transportado em compartimento fechado de veículo policial, em condições atentatórias à sua dignidade, ou que impliquem risco à sua integridade física ou mental, sob pena de responsabilidade
 - (E) Em caso de flagrante de ato infracional cometido mediante violência ou grave ameaça a pessoa, a autoridade policial, deve lavrar auto de apreensão, ouvidos as testemunhas e o adolescente; apreender o produto e os instrumentos da infração; requisitar os exames ou perícias necessários à comprovação da materialidade e autoria da infração

2. De acordo com o art. 208 do ECA, regem-se pelas disposições desta Lei as ações de responsabilidade por ofensa aos direitos assegurados à criança e ao adolescente, referentes ao não oferecimento ou oferta irregular de:

- I. atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência
- II. serviço de assistência social visando à proteção à família, à maternidade, à infância e à adolescência, bem como ao amparo às crianças e adolescentes que dele necessitem
- III. escolarização e profissionalização dos adolescentes privados de liberdade
- IV. políticas e programas integrados de atendimento à criança e ao adolescente vítima ou testemunha de violência

Diante do enunciado da questão e dos itens acima, assinale a alternativa correta:

- (A) Apenas os itens I e II estão corretos
- (B) Apenas os itens II, III e IV estão corretos
- (C) Apenas os itens I, III e IV estão corretos
- (D) Apenas os itens I e III estão corretos
- (E) Todos os itens estão corretos

3. De acordo com Título VII do Estatuto da Criança e do Adolescente que trata dos Crimes e Das Infrações Administrativas, em seu capítulo II são considerados infrações administrativas contra a criança e adolescente.

I. Divulgar, total ou parcialmente, sem autorização devida, por qualquer meio de comunicação, nome, ato ou documento de procedimento policial, administrativo ou judicial relativo a criança ou adolescente a que se atribua ato infracional:

II. Hospedar criança ou adolescente desacompanhado dos pais ou responsável, ou sem autorização escrita desses ou da autoridade judiciária, em hotel, pensão, motel ou congêneres.

III. Anunciar peças teatrais, filmes ou quaisquer representações ou espetáculos, sem necessidade de indicar os limites de idade a que não se recomendem

IV. Deixar o médico, enfermeiro ou dirigente de estabelecimento de atenção à saúde de gestante de efetuar imediato encaminhamento à autoridade judiciária de caso de que tenha conhecimento de mãe ou gestante interessada em entregar seu filho para adoção

Diante do enunciado e dos itens acima, assinale a opção correta:

- (A) Apenas os itens I e II estão corretos
- (B) Apenas os itens II e III estão corretos
- (C) Apenas os itens I, II e IV estão corretos
- (D) Apenas os itens III e IV estão corretos
- (E) Todos os itens estão corretos

4. A Resolução nº. 04/2023 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Guaratuba aprovou os



protocolos referentes aos fluxos de atendimento das crianças e dos adolescentes. Quanto ao fluxo de atendimento de crianças ou adolescentes vítimas ou testemunhas de violências é incorreto afirmar:

- (A) Qualquer pessoa que tenha conhecimento ou presencie ação ou omissão, praticada em local público ou privado, que constitua violência contra criança ou adolescente tem o dever de comunicar o fato imediatamente ao serviço de recebimento e monitoramento de denúncias, ao conselho tutelar ou à autoridade policial, os quais, por sua vez, cientificarão imediatamente o Ministério Público;
 - (B) Ao receber a comunicação do fato, o Conselho Tutelar procederá a coleta de maiores informações, buscando o máximo de subsídios com os familiares da vítima e os profissionais que tenham contato direto com ela, para só então entrar em contato com a vítima.
 - (C) Em posse dessas informações o Conselho Tutelar verificará a necessidade de medidas protetivas, como encaminhamento para a área de saúde, afastamento do agressor ou, na impossibilidade de outras que garantam o direito da criança ou adolescente de convivência familiar, a de acolhimento institucional em caráter emergencial;
 - (D) A partir da revelação espontânea, a criança ou adolescente deve ser encaminhada para escuta especializada.
 - (E) Todas as informações estão corretas.
5. A Resolução nº. 04/2023 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Guaratuba aprovou os protocolos referentes aos fluxos de atendimento das crianças e dos adolescentes. Sobre a revelação espontânea e escuta especializada de crianças e adolescente vítimas ou testemunhas de violências no município de Guaratuba é correto afirmar de acordo com o referido fluxo:
- (A) Em posse dessas informações o Conselho Tutelar verificará a necessidade de medidas protetivas, como encaminhamento para a área de saúde, afastamento do agressor ou, na impossibilidade de outras que garantam o direito da criança ou adolescente de convivência familiar, a de acolhimento institucional em caráter emergencial;
 - (B) Diante de uma revelação espontânea da criança ou adolescente sobre atos de violência, o profissional a quem a revelação foi feita, deverá acolher a vítima, escutá-la, efetuando o máximo possível de perguntas;
 - (C) Feita a revelação espontânea à um profissional, a criança ou o adolescente será conduzida para que outros profissionais da mesma instituição interroguem novamente a criança ou adolescente sobre o fato
 - (D) A escuta especializada é o procedimento de entrevista sobre situação de violência com criança ou adolescente, limitado o relato estritamente ao necessário para o cumprimento de sua finalidade e poderá ser feita por órgãos da rede de proteção provenientes das áreas da assistência social, saúde, educação e organizações da sociedade civil, dentre outras que trabalhem na área da defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes, cabendo a cada município estabelecer seu próprio fluxo e escolher a instituição (ou instituições) que desempenhará essa função, independente do profissional possuir capacitação para tal;
 - (E) Caso haja indícios de procedência da denúncia, os fatos narrados durante a escuta especializada, tanto da vítima ou testemunha, quanto de outras pessoas ouvidas (como familiares) serão compartilhados por meio de relatório da apenas para o conselho tutelar, para aplicação de medidas de proteção.
6. Conforme a Lei Municipal nº1.574/2013, que dispõe sobre a política municipal dos direitos da criança e do adolescente de Guaratuba, e dá outras providências, é correto afirmar:
- (A) O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo efetivo respeito aos direitos da criança e do adolescente, composto de 05 (cinco) membros titulares, com mandato de 04 (quatro) anos, permitida apenas 1 recondução por novos processos de escolha.
 - (B) O Conselho Tutelar é administrativamente vinculado à Secretaria Municipal do Bem Estar e Promoção Social, de cujo orçamento anual deverão constar os recursos necessários a seu contínuo financiamento, inclusive os subsídios e demais vantagens devidas a seus membros, bem como os recursos necessários para a formação continuada dos conselheiros.
 - (C) Os membros do Conselho Tutelar serão escolhidos mediante sufrágio universal e direto, pelo voto obrigatório e secreto dos cidadãos do município, em processo de escolha regulamentado e conduzido pelo CMDCA e fiscalizado pelo Ministério Público.
 - (D) Podem votar os maiores de 18 (dezoito) anos, inscritos como eleitores do Município até 03 (três) meses antes do processo de escolha.
 - (E) Todas as anteriores estão incorretas
7. Conforme a Lei Municipal nº1.574/2013, que dispõe sobre a política municipal dos direitos da criança e do adolescente de Guaratuba, e dá outras providências, é incorreto afirmar que:
- (A) É vedado ao Conselho Tutelar executar serviços e programas de atendimento, os quais devem ser requisitados aos órgãos encarregados da execução de políticas públicas.
 - (B) O Conselho Tutelar funcionará das 08h00min às 18h00min ininterruptamente, nos dias úteis, resguardando o direito de 2 (duas) horas de almoço diárias em sistema de revezamento e com plantões no período noturno, fins de semana e feriados, de acordo com o disposto no regimento interno do Órgão.
 - (C) O Conselheiro atenderá as partes, mantendo registro das providências adotadas para cada caso e mantendo o acompanhamento até o encaminhamento definitivo.
 - (D) Cabe ao Conselho Tutelar manter dados estatísticos acerca das maiores demandas de atendimento, que deverão ser levadas ao CMDCA anualmente, de modo a permitir a definição, por parte deste, de políticas e programas específicos que permitam o encaminhamento e eficaz solução dos casos respectivos.
 - (E) As requisições de serviços, equipamentos e servidores, efetuadas pelo Conselho Tutelar, deverão ser dirigidas aos órgãos públicos responsáveis pelos setores de educação, saúde, assistência social, previdência, trabalho e segurança, devendo ser atendidas com a mais absoluta prioridade, na forma do disposto no art.4º, parágrafo único, alínea "b", da Lei no 8.069/90.



8. Conforme o Art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), as medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados por causa, entre outros, da conduta da criança ou do adolescente. Tendo como referência o ato infracional, conduta descrita pelo ECA como crime ou contravenção penal, é correto afirmar que:
- (A) O Conselho Tutelar pode aplicar ao adolescente autor de ato infracional a medida protetiva de encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
 - (B) Segundo o art. 136 do ECA, cabe ao Conselho Tutelar atender as crianças autoras de ato infracional, podendo aplicar medidas protetivas dentre todas as previstas no art. 101 do ECA;
 - (C) Cabe apenas à autoridade judiciária aplicar medidas protetivas quando o autor do ato infracional for adolescente;
 - (D) Conforme o art. 124 do ECA, o adolescente privado de liberdade devido a prática de ato infracional deve receber assistência religiosa, mesmo que não o deseje;
 - (E) Todas as alternativas anteriores estão incorretas.
9. O Art. 129 do Estatuto da Criança e do Adolescente estão previstas algumas medidas que podem ser aplicadas quando da violação dos direitos de crianças e adolescentes. Dentre as medidas elencadas abaixo, as quais destinam-se aos pais ou responsável, assinale a que não pode ser aplicada pelo Conselho Tutelar:
- (A) encaminhamento a serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família;
 - (B) inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
 - (C) encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico;
 - (D) advertência;
 - (E) perda da guarda.
10. Em diversos artigos o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) dispõe sobre as atribuições do Conselho Tutelar. Tendo como referência o art. 136 do ECA, assinale a alternativa incorreta:
- (A) É atribuição do Conselho Tutelar atender à criança e ao adolescente vítima ou testemunha de violência doméstica e familiar, ou submetido a tratamento cruel ou degradante ou a formas violentas de educação, correção ou disciplina, a seus familiares e a testemunhas, de forma a prover orientação e aconselhamento acerca de seus direitos e dos encaminhamentos necessários;
 - (B) É atribuição do Conselho Tutelar representar à autoridade judicial ou policial para requerer o afastamento do agressor do lar, do domicílio ou do local de convivência com a vítima nos casos de violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente;
 - (C) É atribuição do Conselho Tutelar representar à autoridade judicial para requerer a propositura de ação cautelar de antecipação de produção de prova nas causas que envolvam violência contra a criança e o adolescente;
 - (D) É atribuição do Conselho Tutelar tomar as providências cabíveis, na esfera de sua competência, ao receber comunicação da ocorrência de ação ou omissão, praticada em local público ou privado, que constitua violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente;
 - (E) É atribuição do Conselho Tutelar receber e encaminhar, quando for o caso, as informações reveladas por noticiantes ou denunciante relativas à prática de violência, ao uso de tratamento cruel ou degradante ou de formas violentas de educação, correção ou disciplina contra a criança e o adolescente;
11. O Art. 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) elenca diversos princípios que devem ser adotados pelas entidades que desenvolvam programas de acolhimento familiar ou institucional. Tendo como parâmetro os parágrafos constantes no mesmo artigo, assinale entre as alternativas abaixo a que contém afirmação incorreta:
- (A) O dirigente de entidade que desenvolve programa de acolhimento institucional é equiparado a guardião;
 - (B) No máximo a cada 6 (seis) meses, deverá à autoridade judiciária receber relatório circunstanciado acerca da situação de cada criança ou adolescente acolhido e sua família;
 - (C) Será promovida qualificação dos profissionais que atuam direta ou indiretamente em programas de acolhimento institucional e destinados à colocação familiar de crianças e adolescentes, incluindo, entre outros, membros do Conselho Tutelar;
 - (D) Salvo determinação em contrário da autoridade judiciária competente, não cabe ao Conselho Tutelar auxiliar as entidades que desenvolvem programas de acolhimento familiar ou institucional, na estimulação do contato da criança ou do adolescente com seus pais e parentes;
 - (E) As entidades que desenvolvem programas de acolhimento familiar ou institucional somente poderão receber recursos públicos se comprovado o atendimento dos princípios, exigências e finalidades do ECA.
12. Cabe ao Conselho Tutelar, ao Judiciário e ao Ministério Público, fiscalizar as entidades governamentais e não-governamentais voltadas ao atendimento de crianças e adolescentes. Tendo como referência o Art. 97 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assinale a alternativa incorreta quanto as medidas aplicáveis às entidades de atendimento que descumprirem obrigação constante do art. 94:
- (A) as entidades governamentais e não-governamentais poderão ser advertidas;
 - (B) fechamento de unidade ou interdição de programa desenvolvido por entidade governamental;
 - (C) afastamento provisório ou definitivo dos dirigentes de entidade não-governamental;
 - (D) suspensão total ou parcial do repasse de verbas públicas às entidades não-governamentais;
 - (E) cassação do registro de entidade não-governamental.



13. Em seu Art. 75, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prevê que toda criança ou adolescente terá acesso às diversões e espetáculos públicos classificados como adequados à sua faixa etária. Porém, o parágrafo único deste mesmo artigo estabelece que determinada faixa etária somente poderá ingressar e permanecer nos locais de apresentação ou exibição quando acompanhadas dos pais ou responsável. Dentre as alternativas abaixo, assinale a que indica corretamente essa faixa etária:

- (A) menores de dez anos;
- (B) menores de onze anos;
- (C) menores de doze anos;
- (D) menores de treze anos;
- (E) menores de quatorze anos.

14. Estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que é dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente e que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão atuar de forma articulada na elaboração de políticas públicas e na execução de ações destinadas a coibir o uso de castigo físico ou tratamento cruel ou degradante e difundir formas não violentas de educação de crianças e adolescentes. Conforme ainda o ECA, dentre as alternativas abaixo, assinale a que corretamente contém uma das principais ações a serem executadas pelos diferentes entes federados a fim de se atingir estes objetivos:

- (A) a promoção eventual de campanhas educativas para a divulgação do direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos;
- (B) a integração com os órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, com o Conselho Tutelar, com os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e com as entidades não governamentais que atuam na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;
- (C) a formação continuada e a capacitação apenas dos profissionais de saúde, educação e assistência social que atuam na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente para o desenvolvimento das competências necessárias à prevenção, à identificação de evidências, ao diagnóstico e ao enfrentamento de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente;
- (D) o apoio e o incentivo às práticas de resolução não pacífica de conflitos que envolvam violência contra a criança e o adolescente;
- (E) o respeito aos valores da dignidade da pessoa humana, de forma a coibir a violência, o tratamento cruel ou degradante e as formas violentas de educação, correção ou disciplina.

15. As Medidas Específicas de Proteção, previstas no Capítulo II do Estatuto da Criança e do Adolescente, poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, bem como substituídas a qualquer tempo e, para a aplicação, deve-se seguir alguns princípios, como o da proteção integral e prioritária. Os demais princípios seriam, entre outros:

- I. condição da criança e do adolescente como sujeitos de direitos: crianças e adolescentes são titulares dos direitos previstos nesta e em outras Leis, bem como na Constituição Federal;
- II. interesse superior da criança e do adolescente: a intervenção deve atender prioritariamente aos interesses e direitos da criança e do adolescente, sem prejuízo da consideração que for devida a outros interesses legítimos no âmbito da pluralidade dos interesses presentes no caso concreto;
- III. proporcionalidade e atualidade: a intervenção deve ser a necessária e adequada à situação de perigo em que a criança ou o adolescente se encontram no momento em que a decisão é tomada;
- IV. responsabilidade parental: a intervenção deve ser efetuada de modo que os pais assumam os seus deveres para com a criança e o adolescente;
- V. prevalência da família: na promoção de direitos e na proteção da criança e do adolescente deve ser dada prevalência às medidas que os mantenham ou reintegrem na sua família natural ou extensa ou, se isso não for possível, que promovam a sua integração em família adotiva.

Tendo como referência o parágrafo único do art. 100 do ECA e os cinco princípios acima elegidos, assinale a alternativa que contém a afirmação verdadeira:

- (A) todos os princípios estão incorretos;
- (B) todos os princípios estão corretos;
- (C) apenas os princípios I e III estão corretos;
- (D) os princípios II e IV estão incorretos;
- (E) o princípio V está incorreto.

16. A autoridade judiciária manterá, em cada comarca ou foro regional, um cadastro contendo informações atualizadas sobre as crianças e adolescentes em regime de acolhimento familiar e institucional sob sua responsabilidade, com informações pormenorizadas sobre a situação jurídica de cada um, bem como as providências tomadas para sua reintegração familiar ou colocação em família substituta. Esse cadastro poderá ser acessado pelo:

- I. Ministério Público;
- II. Conselho Tutelar;
- III. órgão gestor da Assistência Social;
- IV. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- V. Conselho Municipal da Assistência Social.

Tendo como referência o que dispõe o § 12, do art. 101 do ECA, assinale a alternativa que contém a afirmação verdadeira:



- (A) apenas os órgãos contidos nos itens I, III e IV poderão acessar o cadastro;
- (B) apenas os órgãos contidos nos itens I, II e IV poderão acessar o cadastro;
- (C) apenas os órgãos contidos nos itens I, II, IV e V poderão acessar o cadastro;
- (D) apenas os órgãos contidos nos itens I, III, IV e V poderão acessar o cadastro;
- (E) nenhuma das alternativas anteriores está correta.

17. A Resolução nº. 04/2023 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Guaratuba aprovou os protocolos referentes aos fluxos de atendimento das crianças e dos adolescentes. Quanto ao Protocolo de Fluxo para Atendimento de Crianças ou Adolescentes em razão de ameaça ou violação de Direitos devido a falta dos Pais ou Responsáveis, é verdadeiro afirmar:

- (A) O Conselho Tutelar em nenhuma hipótese poderá entregar a criança ou o adolescente aos pais ou responsável;
- (B) O Conselho Tutelar, nos casos de impossibilidade de deslocamento dos pais ou responsável não residentes no município de Guaratuba, deverá sempre acionar a autoridade judiciária para aplicação da medida protetiva à criança ou ao adolescente;
- (C) Quando do encaminhamento da criança ou do adolescente para outras cidades, o Conselho Tutelar não precisará contatar ou encaminhar relatório ao Conselho Tutelar do município de residência dos pais ou responsável;
- (D) O Conselho Tutelar será acionado nos casos de ameaça ou violação de direitos de crianças ou adolescentes devido à falta de seus pais ou responsável, com exceção quando se tratar de adolescente apreendido pela prática de ato infracional;
- (E) Para a efetivação da entrega de crianças ou adolescentes aos pais ou responsável residentes em outro município, poderá o Conselho Tutelar solicitar recursos financeiros necessários ao custeio da viagem, incluindo diárias do Conselheiro Tutelar que participar do deslocamento.

18. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, dispõe sobre a proteção integral de crianças e adolescentes. Segundo o ECA é incorreto afirmar que:

- (A) Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompleta e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.
- (B) Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.
- (C) A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.
- (D) É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.
- (E) Apenas as alternativas a, b e c estão corretas.

19. Segundo o art. 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, sendo-lhes assegurado alguns direitos. Quanto a estes direitos, assinale a alternativa incorreta:

- (A) Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- (B) Direito de ser respeitado por seus educadores;
- (C) Direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares inferiores;
- (D) Direito de organização e participação em entidades estudantis;
- (E) Acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica;

20. A Resolução nº. 04/2023 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Guaratuba aprovou os protocolos referentes aos fluxos de atendimento das crianças e dos adolescentes. Sobre o acolhimento institucional de crianças e adolescentes sem prévia determinação judicial, é correto afirmar de acordo com o referido fluxo:

- (A) O acolhimento institucional em caráter emergencial, com a prévia determinação judicial, somente deve ocorrer quando da impossibilidade de aplicação de outras medidas protetivas, de forma que se garanta o direito da criança ou do adolescente de conviver em seu meio familiar;
- (B) Quando verificada a impossibilidade de permanência da criança ou do adolescente em seu meio familiar, o responsável pelo seu encaminhamento à Casa da Criança e do Adolescente (CCA) não precisará entrar em contato com a instituição, de preferência com seu coordenador, a fim de informar sobre a medida que será tomada, passando informações básicas sobre o ocorrido;
- (C) Antes do encaminhamento à CCA, a criança ou adolescente deverá passar por avaliação médica, a fim de se constatar suas condições de saúde;
- (D) No momento da entrega da criança ou adolescente aos cuidados da CCA o responsável pelo encaminhamento não precisará preencher um termo de acolhimento emergencial;
- (E) Na impossibilidade de entrega à CCA na data do acolhimento de relatório circunstanciado sobre o caso, documentos e pertences pessoais da criança ou adolescente existentes (como, entre outros, RG, CPF, certidão de nascimento, carteira de vacinação, roupas e materiais escolares), a instituição de acolhimento as providenciará no dia seguinte;

Questão 1	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
Questão 2	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
Questão 3	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)



Questão 4	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
Questão 5	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
Questão 6	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
Questão 7	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
Questão 8	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
Questão 9	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
Questão 10	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
Questão 11	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
Questão 12	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
Questão 13	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
Questão 14	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
Questão 15	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
Questão 16	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
Questão 17	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
Questão 18	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
Questão 19	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
Questão 20	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)

GABARITO PROVISÓRIO - PROVA DE CONHECIMENTOS			
CONSELHEIROS TUTELARES 2023			
1	D	11	D
2	E	12	C
3	E	13	A
4	B	14	B
5	A	15	B
6	B	16	E
7	D	17	E
8	A	18	E
9	E	19	C
10	C	20	C

EXPEDIENTE

Roberto Cordeiro Justus – Prefeito
Edison Camargo – Vice-Prefeito
Adriana Correa Fontes – Secretária Municipal Cultura e Turismo
Alexandre Polati – Secretário Municipal do Esporte e do Lazer
Angelita Maciel da Silva – Secretária da Administração
Antonio Emilio Caldeira Junior – Chefe de Gabinete
Carlos Eduardo Nunes dos Santos – Secretário do Meio Ambiente
Cidalgo José Chinasso Filho – Secretário Municipal da Pesca e da Agricultura
Claudio Luiz Dal Col – Subprefeito Regional Coroados
Donato Focaccia – Secretário Municipal do Urbanismo
Edilson Garcia Kalat – Secretário da Habitação
Fernanda Estela Monteiro – Secretária Municipal da Educação
Gabriel Modesto de Oliveira - Secretário da Saúde
Jacson José Braga - Secretário da Segurança Pública
Laoclarck Odonizetti Miotto – Secretário Municipal das Finanças e Planejamento
Marcelo Bom dos Santos – Procurador Fiscal



Marcio Sakajiri Tarran – Secretário Municipal da Infraestrutura e das Obras

Maricel Auer – Secretária Municipal do Bem Estar e da Promoção Social

Nilsa Ferraro Santos Borges – Ouvidoria Geral

Paulo Zanoni Pinna – Subprefeito Regional do Cubatão

Ricardo Bianco Godoy – Procurador Geral

Prefeitura Municipal de Guaratuba

Rua Dr. João Cândido, 380 - Centro

(41) 3472-8500

<http://portal.guaratuba.pr.gov.br>

Material para o D.O. enviar para: tania@guaratuba.pr.gov.br
